

Conflitos étnicos no Oeste de Santa Catarina: diáspora e reagrupamento no Araçá'i

*Protasio Paulo Langer**

*Valdir Cemin***

Resumo

O presente artigo propõe elementos empíricos e teóricos para elucidar um conflito étnico que se estende desde a ocupação do Oeste de Santa Catarina, pelas frentes de colonização euro-brasileiras (1923), até a contemporaneidade. O impulso para a realização do presente estudo foi a eclosão de um conflito entre colonos e índios, em julho do ano 2000, na ocasião em que um grupo Mbiá Guarani reocupou uma área reivindicada como terra tradicional indígena. Partindo de uma breve contextualização histórica, buscamos caracterizar e desmistificar o discurso do colonizador acerca das populações autóctones, que ocupavam a referida região. Na seqüência, pretendemos desenredar a diáspora aplicada pelos colonos à população guarani, assim como, os fatores que possibilitaram o reagrupamento desse grupo em torno de um território do qual haviam sido desalojados há décadas.

Palavras-chave: índios, Guarani, colonos, conflito, reserva, diáspora, terra tradicional.

Com o presente trabalho, visamos analisar o percurso histórico de um conflito étnico e fundiário que envolveu, de um lado, pequenos e médios proprietários rurais e, de outro, um grupo de índios Mbiá Guarani, nas localidades de Araçá/Araçazinho, nos municípios de Cunha Porã e Saudades, no Oeste de Santa Catarina. Uma retrospectiva histórica permite que o referido conflito seja identificado, de forma latente ou manifesta, desde 1923. Todavia, desde esta data que marca a ocupação da região por frentes de colonização euro-brasileiras, não só o conflito, mas a própria existência de índios foi dissimulada pelos colonizadores que se tornaram dominantes na região. Mas, em julho de 2000, cerca de duzentos índios Guarani, procedentes de áreas indígenas de Santa Catarina e do Rio grande do Sul, retomaram parte das terras por eles reclamadas como terras tradicionais dos Mbiá Guarani. Diante dessa reocupação, o conflito interétnico não pôde mais ser camuflado e as instituições governamentais tiveram que tomar providências.

Existem situações interétnicas ainda pouco estudadas pela historiografia que, não poucas vezes, se preocupou mais em reproduzir os conteúdos ideologicamente convenientes às elites regionais do que em analisar dados empíricos relacionados à precedência indígena. Os tão propalados memoriais aos pioneiros (que sempre homenageiam o colono europeu) e os festejos municipais que geralmente enaltecem as etnias européias e obscurecem o passado indígena são exemplos do eurocentrismo que impregnou as festividades, o senso comum e a própria historiografia sul-brasileira.

A presença indígena, e especificamente Mbiá Guarani, na região Oeste de Santa Catarina, desde longínquas datas, é tão óbvia que sua simples comprovação não carece de novas pesquisas. Os registros históricos, os artefatos arqueológicos, os relatos e, até mesmo, fotos dos próprios colonos comprovam que a região, próxima aos Rios Uruguai e Peperi-Guaçu, e Chapecó até há poucas décadas, era ocupada por comunidades autóctones.

Para exemplificar, citamos o mais antigo registro histórico de um homem branco na região. Ulrich Schmidel, um militar alemão a serviço do governo de Pedro de Mendonza, do Paraguai, atraves-

sou o rio Peperi-Guaçu, entre 1552 e 1553, chegando à margem direita do rio Uruguai, próximo à região de Palmitos. Nessa região Schmidel encontrou uma povoação indígena da nação Guarani (D'ANGELIS 1989, p. 146).

O arqueólogo Arno Kern, que há décadas pesquisa a ocupação territorial e a cultura material Guarani, assegura que esse grupo se distribuiu pelos “amplos espaços dos férteis vales dos rios Paraguai, Paraná, Uruguai e Jacuí, bem como nos de seus afluentes” (KERN, 1994, p. 104). Outra referência de grande importância para o estudo da ocupação indígena da referida região é o mapa etnográfico de Curt Nimuendaju Unkel que situa os Mbiá Guarani no Alto Uruguai gaúcho e no Oeste de Santa Catarina¹.

Estudos realizados por D'Angelis (1984), que historiou a ocupação indígena do Oeste catarinense, apresentam uma instigante análise dos grupos étnicos que ocupavam aquela região diante do gradativo avanço das frentes expansionistas. Num primeiro momento, o autor relaciona a diversidade étnica e os atritos entre as etnias indígenas da região à conquista dos campos de Palmas e Guarapuava pelos portugueses. Além de estimativas demográficas da população autóctone, o autor analisa o comportamento dos distintos grupos frente à progressiva ocupação alóctone da região, como indica a citação a seguir:

Em 1826, as estimativas portuguesas para a população indígena na região eram de 152 indivíduos Camés, 120 Votorões, 60 Xokrens localizados entre os rios Iguacu e Uruguai e também os índios Guarani, bárbaros assistentes nos bosques e faxinais inerentes ao Rio Uruguai estimados em 500 indivíduos (LIMA apud D'ANGELIS, 1989, p. 158).

Ainda segundo D'Angelis (1989), a população indígena do Oeste catarinense distribuía-se pelo território em função de sua postura diante das frentes colonizadoras. Os índios que aceitavam essa ocupação buscavam aliança com o invasor e se aproximavam da estrada de Palmas – Goio-En – ao longo da qual transitavam as tropas de gado e os extratores de erva-mate. Os grupos mais hostis refugiavam-se mais longe da rota da estrada.

Devido ao retraimento estratégico, até o ano de 1923, os contatos dos Guarani da aldeia do Araça'í com as forças expansionistas eram esporádicos e não comprometiam diretamente a reprodução do modo-de-ser desse grupo. Todavia, a partir daquele ano, os contatos e os conflitos com as frentes de colonização que ocuparam o Oeste catarinense tornaram-se inevitáveis e intensos.

No Brasil, como na América espanhola, a primazia dos povos indígenas sobre as terras que ocupavam sempre foi reconhecida legalmente. Durante o Brasil Império, as terras indígenas não podiam ser consideradas devolutas e eram tidas por inalienáveis. Cunha (1998) apresenta vários documentos do século XIX que consideram os índios donos legítimos de suas terras. As citações que seguem indicam os termos em que os direitos indígenas eram expressos:

Eles deverão ter a preferência sobre as terras “em que estão arranchados” (1819). [...] Deve ser a arbítrio e escolha dos mesmos índios: parece injustiça que ao dono da casa se determine lugar para sua estada. [Consulta à Câmara de Barbacena sobre as terras que mais convinham para aldeamento dos índios]. [...] José Bonifácio afirmava que os índios eram os ‘legítimos senhores [das terras que ainda lhes restavam] pois Deus lhas deu.’ [...] Pela Lei de Terras de 1850 fica claro que as terras dos índios não podem ser devolutas. O título dos índios sobre suas terras é um título originário, que decorre do simples fato de serem índios: esse título do indigenato, o mais fundamental de todos, não exige legitimação (CUNHA, 1998, p. 141-142).

No começo do século XX, a política indígena foi redirecionada. Com o estabelecimento da República, as terras devolutas da União foram entregues aos Estados, que ficaram com o direito de medi-las e doá-las. Além dessa providência, foi criado o SPI em 1910 (Serviço de Proteção ao Índio), que passou a articular a questão indígena às necessidades geopolíticas de nacionalização das fronteiras. A preocupação principal passou a ser o abrasileiramento dos índios no intuito de incorporá-los à nação como “guardas de fronteiras”.

Sendo assim, uma das funções do SPI seria “diligenciar para que os índios das fronteiras não cedam à atração das nações limítrofes e para que se desenvolvam neles, vivamente, os sentimentos de nacionalidade brasileira” (LIMA, 1998, p. 165-166).

Tais diretrizes confluíram para aquilo que Sousa (1995) chama de “velamento dos autóctones, ou seja, o não reconhecimento da sua indianidade e, por conseguinte, dos seus direitos consuetudinários”. A hipótese que colocamos é que nem para o SPI, (1910-1967), nem para os madeireiros e muito menos para as Companhias colonizadoras, ou para os próprios colonos, interessava reconhecer a existência dos Mbiá Guarani na região. Na ânsia de afirmarem sua primazia sobre as terras adquiridas das Companhias colonizadoras e de se abastecerem com mão-de-obra barata, os colonos e as Companhias produziram um discurso impregnado de valores eurocêntricos que camuflava a autoctonia da população que os havia precedido.

Destacamos, a seguir, algumas facetas do discurso do encobrimento da indianidade que até hoje continua sendo reproduzido como subterfúgio ideológico que denega os direitos conquistados pelos índios na Constituição de 1988. Recentemente, Jungblut (2000) publicou uma obra sobre a colonização de Itapiranga (cidade do Oeste catarinense, vizinha do Araçá'i) em que se refere à população nativa da região da seguinte maneira:

Os colonizadores encontraram habitantes de etnias diferentes. Alguns eram *parecidos com índios*, outros eram bastante morenos, sem aparência indígena. Genericamente eles mesmos se denominavam de caboclos ou brasileiros. Havia centenas de famílias dessas, que residiam nos dois lados do Rio Uruguai. *Tinham consciência de que não eram donos das terras por isso não reagiram ao serem desalojados.* [...] eles viviam pelos matos sem moradia [...] Falavam o Português, o Espanhol e alguns o Guarani (JUNGBLUT, 2000, p. 60, grifo nosso).

Como podemos observar, segundo o autor, não havia índios na região, mas apenas caboclos e alguns parecidos com índios. O

problema fundiário é sumariamente negado quando afirma que esses habitantes tinham consciência de que não eram donos das terras que ocupavam, motivo pelo qual não reagiram. Nas entrelinhas, podemos ler que antes mesmo da colonização euro-brasileira os “caboclos e parecidos com índios” tinham consciência de que as terras, de onde tiravam seu sustento, não eram suas. Se assim fosse, estaríamos diante de um fenômeno totalmente inédito na história da humanidade. Que outro exemplo o autor poderia evocar de populações que tradicionalmente ocupam determinado território e que têm consciência de que este não lhes pertence? Essas afirmações não deixam margem a dúvidas de que estamos diante de uma formulação ideológica que encobre as alteridades nativas e justifica sua expropriação territorial em prol de uma “gente de melhor espécie”².

O pano de fundo dessa ideologia é a supremacia da economia de mercado sobre a economia tradicional (cabocla ou indígena); da exploração agrícola intensiva sobre a exploração baseada na coleta extrativista, na caça e na agricultura de pequeno porte; do progresso sobre a tradição; e, finalmente, do europeu sobre o nativo. Este último é considerado pela ideologia eurocêntrica dos colonos um *Waldläufer*, que significa andarilho do mato, sem parada fixa e sem origem. Roque Jungblut, como bom porta voz da ideologia eurocêntrica, ouviu dos colonos e reproduziu a seguinte explicação:

[...] eles próprios não sabiam sua origem. Diziam que sempre viveram nas matas da região. Para os colonizadores, eles eram os índios Guarani que sobreviveram à interferência do homem branco, seja pelos missionários, seja pelos conquistadores espanhóis, ou pelos bandeirantes da Coroa Portuguesa e ou Exército do Império Brasileiro (JUNGBLUT, 2000, p. 66-67).

Esse discurso não deixa de ser uma maneira de extinguir, simbolicamente, a alteridade em questão. Ao afirmar que a população nativa “não sabia da sua origem”, o autor deprecia a identidade, a história, e desconsidera os vínculos ancestrais desse grupo com o território que ocupavam. O estatuto ou a explicação mais generosa

que o autor formulou (partindo do discurso dos colonizadores) era a de que essa gente representava os sobreviventes de agressões de frentes de expansão ocorridas em séculos pretéritos. De qualquer forma, a população que os colonos encontraram não correspondia às suas idealizações acerca do ser índio, motivo pelo qual decretaram que estes não eram, ou então, que eram “restos” de índios.

A fisionomia do discurso das companhias colonizadoras e dos próprios colonos euro-brasileiros visando denegar a legitimidade e a autenticidade da população indígena, no Oeste catarinense, está, para os propósitos desse estudo, suficientemente caracterizado.

E o discurso oficial? Por que o SPI não reconheceu e não se pronunciou sobre a presença dos Mbiá Guarani na referida região? Não obtivemos dados seguros que justifiquem essa negligência. Uma hipótese possível é que este grupo era visto com desconfiança pelos ideólogos da nacionalização das fronteiras, que norteavam a política do SPI uma vez que, os guarani, de modo geral, eram identificados como súditos da coroa espanhola e, posteriormente, dos Estados Nacionais platinos. Acrescenta-se a isso o fato de o Extremo Oeste catarinense e o sudoeste do Paraná ter sido uma região longamente disputada pela Argentina, haja visto que somente em 1895 o presidente Norte Americano, que arbitrou a querela, deu ganho de causa ao Brasil. Nesse sentido, reconhecer a presença dos Mbiá guarani na região poderia fortalecer a ambição argentina sobre essa área e demarcar uma reserva indígena para esse grupo representaria antes um risco à hegemonia territorial brasileira, naquela região, recentemente reconhecida pela diplomacia internacional. Uma frente colonizatória com descendentes de alemães e italianos seria vista como muito mais segura e promissora aos olhos das autoridades nacionais da época. Porém, essa é apenas uma hipótese que não temos condições de comprovar no presente trabalho.

Todavia, a principal explicação do encobrimento dos Mbiá Guarani deve ser buscada nas sinuosas estruturas da política fundiária. Os setores dominantes da sociedade, com o acesso à informação e aos círculos do poder, acabavam titulando para si enormes extensões de terras com o fim único de lucrar com a revenda,

às empresas colonizadoras ou diretamente aos colonos (D'ANGELIS, 1989, p. 41). As estruturas jurídicas e administrativas foram subordinadas aos interesses locais de colonos, comerciantes e industriais de ascendência européia. Esta prática arrebatou as terras tradicionalmente possuídas pelos índios, como se fossem devolutas e passaram a titular para fazendeiros interessados.

Sobre o processo de expropriação territorial da população nativa, pelas frentes "pioneiras" que chegavam a Santa Catarina, Santos (1970) declara que:

O caboclo e o índio saíam das terras em que as companhias tinham interesse, pela força das armas dos jagunços contratados, ou pela presença da justiça e da polícia, constantemente manipulados pelos empresários, ou pela aquisição de benfeitorias pelos empresários (SANTOS, 1970, p. 29-30).

No processo de violenta expropriação da população nativa do Oeste catarinense poder-se-ia inventariar, estabelecer e apurar toda uma hierarquia de usurpações, negociatas e arbitrariedades. Por um lado, o modelo de colonização refletiu bem o poderio político e econômico do imperialismo norte-americano, cujas empresas (construtoras de estradas de ferro) conluiadas com os governos oligárquicos eram "presenteadas" com enormes latifúndios há muito ocupados por posseiros e comunidades autóctones. O governo brasileiro beneficiou a empresa Norte Americana "Brasil Development e Colonization" (WERLANG, 1995, p. 10), com uma imensa extensão de terra na Área do Contestado. Essa empresa retalhou a terra barganhada, em glebas menores, e repassou para empresas particulares a demarcação e revenda de colônias.

Porém, de 1916 a 1922 tramitava na justiça um processo impetrado pela empresa norte-americana contra o Estado de Santa Catarina por este ter repassado uma área a oeste do rio Chapecó para a empresa Bertaso & Maia. Apesar do andamento deste processo, a empresa vendeu uma área distinta entre os rios Peperi-Guaçu e Chapecó, inclusive a área litigada, para a Colonizadora

Chapecó-Peperi, responsável pelo início da colonização euro-brasileira no Extremo Oeste. Esta questão somente foi solucionada quando a Companhia Chapecó-Pepery, revisando o contrato firmado com a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, estabeleceu nova área e iniciou a colonização entre os rios Peperi-Guaçu e rio Antas (KOELLN, 1980, p. 10-19).

Supomos que o processo entre a empresa norte-americana e o governo do Estado foi pretexto para a criação da Empresa Oeste Catarinense, pois a perspectiva dos grandes lucros vislumbrados pelos empresários a partir da comercialização das terras e madeiras gerou disputa acirrada pela posse da região, onde saía vencedor quem tinha maior influência política junto ao governo estadual. A exemplo disso, surge a Empresa Construtora Oeste Catarinense Ltda., sendo seus principais acionistas os deputados Abelardo Luz, filho do então governador catarinense, Hercílio Luz, e Henrique Rupp com objetivo de “colonizar” a área conseguida junto ao governo do Estado. O pagamento das terras devolutas ao governo do Estado era efetuado mediante a abertura de estradas (WERLANG, 1995, p. 10).

A Companhia Territorial Sul Brasil, Sociedade Anônima com sede em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, foi constituída em 23 de maio de 1925 e, no mesmo ano, com a aprovação do governo do Estado de Santa Catarina, adquiriu a empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense Ltda, em liquidação. Os acionistas da empresa eram gaúchos bem sucedidos que buscavam a comercialização das madeiras e das terras.

Todas essas disputas políticas e jurídicas denotam que os interesses e os lucros vislumbrados por políticos e empresários naquela região eram de tal modo intensos que suscitavam constantes litígios. Enquanto isso, a população autóctone assistia, impotente, a fragmentação do seu território tradicional seguida pela sua desterritorialização. Diversos acontecimentos, narrados pelo grupo que hoje requer a demarcação de uma área indígena na região, contestam as afirmações de Jungblut (2000), de que o desalojamento da população nativa tenha sido consentido devido a uma supos-

ta consciência da população nativa de que as terras que ocupavam não eram suas.

Na memória das lideranças indígenas que entrevistamos, os primeiros contatos, os constrangimentos e a diáspora que se seguiu à expropriação ainda estão bem vivos. O cacique João Barbosa, que nos explicou a dispersão dos Mbiá Guarani, lembrando as histórias que seu pai e avô lhe haviam contado, afirma que o primeiro contato com os brancos, na década de 1920, foi a “ocorrência de fogo nos pinhais” (BARBOSA, 2002)³. No momento em que os índios foram apagar o fogo, depararam-se com homens brancos, também nesta tarefa. A retirada de ambos teria sido silenciosa e sem conflito. Em meio aos relatos que registramos, é freqüente a alusão ao sal para temperar a carne, e às armas e ferramentas dos brancos que os índios do Araçá aprendiam a manejar, tornando-os, pouco a pouco, dependentes desses produtos.

Numa outra ocasião, entre 1923 e 1930, cacique Barbosa (2000)⁴ afirma:

[...] os brancos propuseram a derrubada de pinheiros, dizendo que era para o melhoramento das casas dos índios, mas, com a dificuldade no entendimento do idioma, não houve concordância. Os brancos, representantes da Colonizadora Sul Brasil, retiraram-se. Em pouco tempo, os índios Guarani que ali viviam, foram cercados pela ação da colonizadora. (BARBOSA, 2002a).

Com a demarcação dos loteamentos, os índios foram cada vez mais acudados a limites territoriais que não existiam na sua concepção de espaço tradicional. A caça, a pesca e a migração ficaram cercadas. Como se não bastasse, acrescenta o cacique,

[...] depois que começaram descobrir que tinha índio Guarani ali, daí os brancos começaram entrar ali com espingarda, ameaçando eles e [os índios] já foram indo, alguns já foram ... não tinha mais, daí eles começaram a varar até o Uruguai [rio] por causa de medo, né? Daí foram na reserva Kaingang no meio do mato também. Mas era do Kaingang (BARBOSA, 2002a, grifo nosso).

Após a ocupação da região por colonos euro-brasileiros a colonizadora deixou uma área, a título de reserva florestal, que continuou sendo ocupada pelos guarani. A existência dessa reserva foi identificada por Capucci (2000) e confirmada no laudo antropológico realizado pela antropóloga Tomasino (2001). No final da década de 1960, a reserva florestal, ocupada pelos Guarani, foi apropriada por uma madeireira e, em 1970, ocorreu a expulsão definitiva da população que ocupava aquela área (CAPUCCI, 2000, p. 5). Essa expulsão é narrada até hoje pelos remanescentes. O guarani Artur da Silva afirma que: "Quem expulsou foi os brancos; alemão, italiano...". Um outro, Sebastião André, teve sua casa queimada em 1970. Depois disso, mudou-se para a Terra Indígena de Nonoai.

Partindo das entrevistas com o cacique Guarani do Araça'í, João Barbosa, podemos inferir que as relações interétnicas entre brancos e índios tornaram-se de tal maneira conflituosas que a própria sobrevivência física dos Guarani esteve seriamente ameaçada. Ao narrar a história da diáspora Guarani, do Araça'i, o cacique se dirige a um dos presentes para que este confirme o que sucedeu com seu sogro:

Até o pai da... da... mulher dele,⁵ que é ela, conta uma história também... que ela tá aí, que ela se criou lá que o pai dela residiu lá, até foi morto lá. Ele foi matado, ele pegou empreitada. Até não sei se ouviu falar de um tal de [...]⁶ Agora só tem os filhos dele. Daí eles eram só em dois irmãos. Eles eram capazes [capatazes?] e invadiram dentro da reserva. Antonio Candido Mariano [¼] daí empreitaram, pegaram roçada, eles não sabiam roçar e ensinaram a roçar e daí quando foi para receber o pagamento, daí deram umas pauladas pegaram assim e cortaram tudo assim [com gestos assinalando os ferimento da agressão na cabeça, pescoço, ombros]. Como naquela época não tinha médico, daí o trouxeram tudo cortado: a cabeça, o corpo, tudo assim cortado de facão e deixaram uns cinqüenta metros da aldeia, mas nem avisaram, nada. Deus me livre. Daí sepultaram lá mesmo⁷ (BARBOSA, 2002).

Diante desses relatos é interessante observar a similitude entre as diversas situações de contato interétnico. Os conflitos de Araçá'i seguem, até hoje, a mesma lógica que Oliveira (1976) já havia observado nas suas pesquisas de campo pelo Brasil afora, nas décadas de 60 e 70. Os índios buscam, junto aos não índios, ferramentas e outros produtos manufaturados, dos quais se tornam dependentes. Os brancos procuram se apropriar das terras indígenas e obter mão-de-obra escrava ou semi-escrava.

Para Oliveira (1976),

[...] a base do sistema interétnico está na conjunção de interesses econômicos contraditórios: o índio induzido a obter bens manufaturados (armas, instrumentos agrícolas, cachaça, roupa etc.) e o branco procurando se apossar do território e ou da mão-de-obra indígena. O contato entre índios e brancos em todas as frentes de expansão da sociedade nacional obedeceu a essa preliminar (OLIVEIRA, 1976, p. 59).

Para os propósitos do presente artigo, importa destacar que o conflito acima referido ainda está em vigor. Em relação às teorias que previam a extinção gradativa mas irreversível da população indígena, o caso do Araçá'í é um exemplo contundente da resistência e sobrevivência indígena. Os Guarani do Oeste catarinense não foram diluídos ou assimilados pela sociedade alienígena eurocêntrica que se implantou sobre seus antigos domínios. Diante da impossibilidade de resistir e defender suas terras, a população do Araçá'í dispersou-se e refugiou-se em reservas Xokleng e Kaingang. Mas, como eles mesmos afirmam, apenas estão morando de favor nas reservas de Votouro, Serrinha, Cacique Doble, Mbaracá Mirim, Prata e Passo Feio, no Rio Grande do Sul, e no Toldo Chimbangue, em Santa Catarina. Segundo eles, vivem como se fossem exilados, com pouca terra para a sua subsistência e, agora sim, conscientes de que esta não lhes pertence.

É interessante ressaltar que nem a diáspora e nem o intenso convívio interétnico com os Kaingang representou o abandono da língua e dos costumes tradicionais Guarani, tampouco apagou da

memória de seus indivíduos a lembrança da aldeia do Araçá'i e o sonho de reconquistá-la. Mesmo dispersos em seis áreas indígenas, distantes umas das outras, os desterrados do Araçá'í estabelecerem uma rede de contatos e preservaram elementos culturais suficientes para ressurgirem como um grupo étnico⁸, determinado a retomar as terras tradicionais que lhes foram usurpadas pela lógica do mercantilismo, do progressismo e do eurocentrismo.

Na madrugada de 10 de julho de 2000, cerca de duzentos Guarani, procedentes de áreas indígenas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, retomaram uma ínfima parcela – 49 hectares – das suas terras tradicionais. Segundo o cacique Guarani João Barbosa, a terra tradicionalmente Guarani abrange desde às margens do rio Uruguai, estendendo-se para São Carlos, Saudades, Águas de Chapecó, Pinhalzinho, Cunha Porã, Cunhataí e Modelo. “Ali naquela região era tudo Guarani. Tinha uma aldeia lá, outra lá [...]” (BARBOSA, 2002a).

Estes fatos confirmam a teoria da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, que afirma que a etnicidade não desaparece entre aqueles que sobrevivem à diáspora mas torna-se mais intensa (CUNHA, 1986, p. 98). Graças ao resguardo e manipulação de elementos culturais distintivos, os Guarani do Araçá'í estão removendo o véu que os ocultava e negava como sujeitos históricos. A reterritorialização desse grupo é uma conquista histórica em se tratando de um reparo (ainda que tardio) de injustiças legalizadas pela lei dos mais fortes.

Finalizando, interessa destacar que o Araçá'í não é um caso isolado de ressurgimento e reconstituição étnica de grupos que lutam por um projeto histórico próprio e irreduzível ao projeto neoliberal. A descolonização empreendida pelos colonizados manifesta-se em diversos movimentos brasileiros e latino-americanos cuja característica comum é a reconquista das terras tradicionais e o reconhecimento dos seus valores culturais e de um projeto histórico alternativo ao neoliberalismo globalizante e o hostil às alteridades etno-culturais⁹. Para Suess (2000), o significado das lutas dos povos indígenas confunde-se com as lutas dos historicamente oprimidos

e representa, em última instância, a superação de uma trajetória colonial e neocolonial de cunho racista, excludente e desumanizador.

Concluimos com uma citação de Suess (2000), para quem a questão do Araçáí deve ser vista como um sopro de esperança por um mundo mais igualitário e humanizado:

O 'lucro' está na conquista e retomada de espaços de vida e no orgulho de pertencer a um povo indígena, na auto-estima da comunidade, não na acumulação de bens ou no negócio de alguns. Contra os que definem o início e o fim de sua história, os povos indígenas, ao retomar as suas terras, estão reafirmando seu projeto histórico, como o fazem o movimento dos sem-terra, o movimento negro e o movimento feminista. Em plena euforia de desterritorialização do capital vivemos uma reterritorialização emergente e real a partir das retomadas das terras indígenas. Algo semelhante acontece com o movimento dos sem-terra que representa a memória histórica da reforma agrária negada (SUESS, 2000).

Notas

* Professor da Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

** Professor da Escola de Educação Básica Delminda Silveira – Mondai (SC).

¹ Uma versão desse mapa pode ser consultada na obra de Meliá, Saul, (1987).

² O antropólogo José Otávio Catafesto de Souza, ao estudar a imigração européia no sul do Brasil e nos Estados nacionais platinos, identificou com clareza a ideologia de substituição da população nativa pela européia por esta ter sido considerada superior ou “de melhor espécie” (SOUZA, 1998).

³ João Barbosa, Cacique Guarani do Araçáí. Entrevista concedida a Valdir Cemin em Chapecó, em 29/11/2002.

⁴ Idem, 19/12/2002.

⁵ João Barbosa refere-se à mulher de Rinaldo Mariano. Rinaldo estava presente na entrevista.

⁶ Jussara Rezende Capucci também registrou esse homicídio, em 2000. Por questões éticas não revelaremos os nomes dos supostos agressores.

⁷ Esta é uma alusão aos dois irmãos (cuja identidade não revelamos), que, segundo o cacique, mataram Antônio Candido Mariano, no Araçáí.

⁸ Manuela Carneiro da Cunha teorizou a identidade étnica diante de situações de dispersão nos seguintes termos: “A cultura original de um grupo étnico, na diáspora ou em situações de intenso contato, não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função, essencial e que se acresce às outras, enquanto se torna cultura de contraste: este novo princípio que a subentende, a do contraste, determina vários processos. A cultura tende ao mesmo tempo a se acentuar, tornando-se mais visível, e a se simplificar e enrijecer, reduzindo-se a um número menor de traços que se tornam diacríticos”. (CUNHA, 1986 p. 99).

⁹ “Saídas do mundo-mercado globalizado ou, no caso de muitos povos indígenas, a não-entrada nesse mundo, visam uma espécie de *exterioridade* ao sistema hegemônico. Essa exterioridade aponta para transformações radicais que resgatem a dimensão universal inerente a cada causa particular. Aponta para a universalidade como participação de todos em contrapartida à globalização excludente. Os acontecimentos de Chiapas (México), Seattle (USA), Bangcoc (Tailândia), Quito (Equador) e Porto Seguro (Brasil) revelam a gestação de uma nova consciência mundial que não agüenta mais a ‘realidade’ do ‘Consenso de Washington’ (1989), onde estruturas e receituário do neoliberalismo foram juramentados”. (SUESS, 2003).

Referências

BARBOSA, João. *Entrevista concedida a Valdir Cemin em Chapecó*. 29 nov. 2002a.

_____. *Entrevista concedida a Valdir Cemin em Chapecó*. 19 dez. 2002b.

CAPUCCI, Jussara Rezende. *Lauda antropológico*. Chapecó, 2000.

CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). *História dos Índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Fapesp/SMC/Companhia das Letras, 1998.

_____. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1986. p. 99.

D'ANGELIS, Wilmar. *Para uma história dos índios do Oeste catarinense*. Chapecó, 1989.

KERN, Arno Alvarez. *Antecedentes indígenas*. Porto Alegre: UFRGS, 1994. p. 104.

KOELLN, Arno. *Porto Feliz: a história de uma colonização às margens do rio Uruguai*. São Leopoldo: ROTHERMUND, 1980.

JUNGBLUT, Roque. *Documentário histórico de Porto Novo*. São Miguel do Oeste: Arco Íris, 2000.

LIMA, Antônio Carlos de Sousa. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). *História dos Índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Fapesp/SMC/Companhia das Letras, 1998.

MELIÁ, Bartomeu; SAUL, Marcos Vinícios de Almeida; MURARO, Valmir Francisco. *O Guaraní: uma bibliografia etnológica*. Santo Ângelo: Fundames, 1987.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976. p. 59.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. *A integração do índio na sociedade regional: a função dos postos indígenas em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC 1970.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. Autoctonia (re)velada: invisibilidade e alteridade indígenas na sociedade pluriétnica na sociedade sul-brasileira (Rio Grande do Sul). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS, 11 (1995: Santa Rosa). Santa Rosa, *Anais...* Santa Rosa: UNIJUÍ, 1995.

_____. *Os fantasmas das brenhas*. Etnografia, invisibilidade e etnicidade de alteridades originárias no sul do Brasil (Rio Grande do Sul). 1998. Tese (Doutorando em Antropologia Social), UFRGS. Porto Alegre, 1998.

TOMASINO, Kimiye. *Relatório de Identificação e delimitação da terra indígena Guarani de Araçá'i*. Londrina/Chapecó, agosto 2001.

WERLANG, Alceu. *Companhias colonizadoras e a luta pela terra. Cadernos do CEOM*, Chapecó: UNOESC, 1995.

SUESS, Paulo. *Como hóspedes na tenda de Abraão: para novas prioridades missionárias a partir de práticas alternativas dos povos indígenas*. 25 Sep. 2000. Disponível em: <http://www.sedos.org/spanish/Suess_2.html>.

Abstract

This paper proposes empirical and theoretical elements to elucidate an ethnic conflict which exists since the beginning of the colonization by the Euro-Brazilian settlers in the East of Santa Catarina State. The reason for writing this paper was the breaking out of a conflict between settlers and Indians in July, 2000. In this occasion a group of Mbiá Guarani Indians took back an area of land which was being claimed as an Indian possession. Starting with a short storical contextualization we will try to characterize and to dispel the myth of the settler's discourse concerning the occupation of this area of land by the Indians. In the sequence we intend to clear up the diaspora applied by the settlers to this group of Guarani Indians, as well as the factors which contribute to the regrouping of the Indians on this area from where they had been moved out since decades ago.

Keywords: Guarani Indians, settlers, conflict, reserve, diaspora, tradicional land.